INSTITUTO FEBRABAN DE EDUCAÇÃO

CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL FEBRABAN FBB110 | CONSIGNADO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO EXAME DE CERTIFICAÇÃO



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A **Certificação FBB110 | Consignado** tem como propósito atender as exigências estabelecidas pela Resolução CMN 4.935 e busca garantir que profissionais certificados possuam conhecimentos técnicos necessários para o desempenho de suas atividades e estão aderente às melhores práticas de mercado para atuar na intermediação de operações de Crédito Consignado. Além dos conteúdos específicos de crédito, profissionais certificados atestarão para o mercado que possuem conhecimentos relacionados ao Sistema Financeiro Nacional, Crédito Direto ao Consumidor, Leis e Resoluções inerentes à sua atividade, Matemática Financeira, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Relacionamento com o Consumidor, Autorregulação e LGPD.

Dados do exame:

Tipo de teste: Múltipla escolha Duração máxima: 1h30min (uma

hora e trinta minutos)

Número de questões: 40 (quarenta) Opções de resposta: 4 (quatro)

Para aprovação é necessário ter aproveitamento igual ou superior a 70% no exame

O exame contém questões pertinentes aos seguintes temas e subtemas:

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - SFN

1 - ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SFN

Lei nº 4.595/64

- Conselho Monetário Nacional CMN
- Banco Central do Brasil BACEN
- Comissão de Valores Mobiliários CVM

Instituições Financeiras

- Bancos
- Caixas Econômicas
- Sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI)
- Fintechs
- Sociedade de Crédito Direto (SCD)
- Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP)
- Administradoras de Consórcios
- Cooperativas de Crédito
- Corretoras e Distribuidoras de Valores
- Corretoras de Câmbio
- Agências de Fomento
- Sociedades de Arrendamento Mercantil
- Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte
- Associação de Poupança e Empréstimo
- Sociedade de Crédito Imobiliário
- Companhia Hipotecária

2 - DISCIPLINA DA ATIVIDADE DE CORRESPONDENTE NO PAÍS.

- Autorização para desconto de prestações em folha de pagamento Lei nº 10.820/03 (alterada pelas Leis nº 13.097 e 13.172 de 2015; 13.313/2016)
- Empréstimo consignado para os servidores do Poder Executivo Federal Decreto 8.690/2016
- Contratação de Correspondente no País Resolução nº 4.935/21 Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil
- Consignado INSS Instrução Normativa INSS 28/2008, alterada pela Instrução Normativa INSS 100/2018
- Crédito consignado Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária)
 nº 015/2014
- Crédito consignado convenção para a autorregulação de operações de empréstimo pessoal e cartão de crédito com pagamento mediante consignação
- Crédito Direto ao Consumidor (CDC)

3 - VEDA A COBRANÇA DE TARIFAS E DISCIPLINA CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DO VALOR PRESENTE NA AMORTIZAÇÃO OU LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Resolução CMN nº 3.516/2007

- Regras para liquidação antecipada e cobrança de tarifas
- Cobrança de tarifas
- Liquidação antecipada

4 - DISCIPLINA A INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CET – CUSTO EFETIVO TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL CONTRATADAS OU OFERTADAS A PESSOAS FÍSICAS

Resolução CMN nº 3.517/2007

Custo efetivo total

5 - ALTERA E CONSOLIDA AS NORMAS SOBRE A COBRANÇA DE TARIFAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Resolução CMN nº 3.919/2010

- Definição de clientes
- Serviços essências
- · Serviços prioritários
- Serviços especiais
- Serviços diferenciados

6 - SIGILO DAS OPERAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Lei Complementar nº 105/01

7 - DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL

Lei Complementar nº 116/03

• Incidência de ISS no Mercado Financeiro



8 - ALTERA AS ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS – IOF

Decreto nº 6.339/08

- Incidência do IOF no Mercado Financeiro
- Alíquotas do IOF sobre Operações de Crédito, inclusive Aquisição de Imóveis

9 - DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE "LAVAGEM" OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES; A PREVENÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO PARA OS ILÍCITOS PREVISTOS NESTA LEI; CRIA O CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei nº 9.613/98 - Lavagem de Dinheiro

- Penalidades no Descumprimento da Lei nº 9.613/98
- Da Identificação dos Clientes e Manutenção de Registros

Lavagem de Dinheiro: Etapas

10 - CONSOLIDA AS REGRAS SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NA PREVENÇÃO E COMBATE ÀS ATIVIDADES RELACIONADAS COM OS CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Circular BACEN nº 3.461/2009

- Políticas, Procedimentos e Controles Internos
- Manutenção de Informações Cadastrais Atualizadas
- Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

Noções básicas de Matemática Financeira

- Juros: Noções Gerais
- Taxa de Juros
- Taxa Pré ou Taxa Prefixada
- Taxa Pós ou Taxa Pós-fixada
- · Capitalização: Critérios
- Taxa Proporcional
- Taxa Equivalente
- Taxa Nominal
- Taxa Efetiva
- · Taxa Efetiva versus Taxa Nominal
- CET: Custo Efetivo Total: Cálculo

Sistemas de Amortização

- Sistema de Amortização CONSTANTE (SAC)
- SISTEMA PRICE DE AMORTIZAÇÃO (PRICE)

CRÉDITO: CONCEITOS

- 1 MODALIDADES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO: CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR, CRÉDITO PESSOAL, CRÉDITO CONSIGNADO
 - Crédito Direto ao Consumidor (CDC)
 - Crédito Pessoal (CP)
 - Crédito Consignado (CC)

RELACIONAMENTO COM O CONSUMIDOR: PROTEÇÃO E DEFESA; ÉTICA NO ATENDIMENTO: PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E ÉTICAS NAS VENDAS

1 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078/90

- Relação de consumo sujeitos e objeto
- Objetivos e princípios
- Direitos básicos
- · Vício do produto e do serviço e garantia
- Oferta
- Publicidade
- Prática abusivas
- Cobrança de dívidas
- Bancos de dados e cadastros de consumidores
- Proteção contratual
- Contratos de adesão
- Cláusulas abusivas
- Informação nos contratos de crédito
- Multa por atraso e liquidação antecipada
- Sanções administrativas
- Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
- Consumidor.gov.br
 - i. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) decreto federal nº 6.523/2009
 - ii. Política de Relacionamento com Clientes Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 4.539/2016
 - iii. Adequação de produtos e serviços (Resolução CMN nº 3.694/2011)
 - iv. Ouvidorias Constituição e funcionamento (Resolução CMN nº 4.333/2015)
 - v. Liquidação antecipada (Resolução CMN nº 3.516/2007)
 - vi. Custo Efetivo Total CET (Resolução CMN nº 3.517/2007)
 - vii. Tarifas (Resolução CMN nº 3.919/2010)
 - viii. Não perturbe (legislações estaduais)

Autorregulação FEBRABAN

- i. Código de Conduta Ética e Autorregulação
- ii. Relacionamento com o consumidor Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 001/2008
- iii. Conta corrente Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 002/2008
- iv. SAC Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 003/2008
- v. Crédito Responsável Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 010/2013 -crédito responsável)
- vi. Resumo contratual Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 014/2014
- vii. Contratação de crédito por meios remotos Normativo SARB nº 013/2014
- viii. Adequação de produtos e serviços Normativo SARB nº 017/2016
- ix. Tratamento e Negociação de Dívidas Normativo SARB nº 018/2017
- x. Ouvidorias Normativo SARB nº 022/2019

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CRÉDITO CONSIGNADO

1 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DE PRESTAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei nº 10.820/03 (com alterações da Lei nº 10.953/04)

- 2 REGULAMENTA O DESCONTO DE PRESTAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO Decreto nº 4.840/2003
- 3 REGULAMENTA O PROCESSAMENTO DE CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Decreto nº 6.386/2008

- 4 REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS Lei nº 8.112/90
- 5 DISPÕE SOBRE O PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei 8.213/91

6 - DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO, NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO, DE INFORMAÇÕES A RESPEITO DE ENCARGOS E DEMAIS DESPESAS INCIDENTES NO CURSO NORMAL DA OPERAÇÃO, BEM COMO SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS MENSAIS PRATICADAS NOS CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE

Circular BCB nº 2.936/1999

7 - DISPÕE SOBRE PRAZOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS REALIZADAS NO MERCADO FINANCEIRO

Circular BCB nº 2.905/1999

8 - REGULAMENTA O PROCESSAMENTO DE CONSIGNAÇÕES EM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E DISCIPLINA SUA OPERACIONALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO INSS

Instrução Normativa INSS/DC 121/05



LGPD PARA CORRESPONDENTE

1 - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS) DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR PESSOAS FÍSICAS OU EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, COM O OBJETIVO DE PROTEGER OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE LIBERDADE, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

• O que são dados pessoais e dados pessoais sensíveis

- Figuras previstas na lei
- Bases legais para tratamento de dados
- Relatório de impacto
- Incidentes de segurança da informação
- · Cadastro Positivo
- Open Banking
- Privacy by design
- Atuação da ANPD

Referências - Internet:

- BACEN: Sistema Financeiro Nacional: www.bcb.gov.br
- COAF/MF: Ações de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: www.coaf.fazenda.gov.br
- DPDC/MJ: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor: www.mj.gov.br/dpdc
- FEBRABAN: Sistema de Autorregulação Bancária: www.autorregulacaobancaria.org.br